

**RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO DA EMPRESA ZROLANEK REGIS SOCIEDADE DE
ADVOGADOS**

EDITAL Nº 01/2021 TOMADA DE PREÇOS – TIPO TÉCNICA E PREÇO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, OBJETIVANDO
A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA

Trata-se da análise de questionamento feito pelo interessado SR. MARCELO ZROLANEK REGIS, representando a empresa **ZROLANEK REGIS SOCIEDADE DE ADVOGADOS**.

1. PRELIMINARMENTE

As razões do questionamento foram apresentadas no dia 23/09/2021, via e-mail, que segue nos autos do processo, tempestivamente.

2. SÍNTESE DAS RAZÕES

Foi apresentada de forma simples dúvidas do licitante encaminhadas à esta Comissão Permanente de Licitação via e-mail, que será juntado aos autos do processo. Abaixo seguem resumidamente as razões:

“Em virtude da publicação do Edital 01/2021 -TP Proc. Adm. 15/2021, em virtude da necessidade de esclarecimento de informações, vimos solicitar o seguinte esclarecimento:

- Quanto ao Item 7.2.1, prescreve que:

Os licitantes deverão apresentar, juntamente e em complementação aos atestados, documentos idôneos que comprovem a efetiva realização dos serviços declarados (...).

Ocorre que, conforme já previsto em edital, os licitantes deverão apresentar atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas, na medida destes atestados, passíveis de averiguação de suas idoneidades com as empresas emitentes.

A exigência de demonstrações complementares aos próprios atestados firmados pelos representantes legais da própria empresa emitente fere a autonomia dos documentos e vai de encontro à própria Lei de licitações, senão vejamos:

Lei 8.666/93

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes(...)

3o Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Para as proponentes que apresentem atestados falsos, há a previsão legal de responsabilidade administrativa e penal, não cabendo a Autarquia em sede de habilitação atuar de forma ilegal (princípio da estrita legalidade) com a exigência de documentos não permitidos em lei.

Desta feita, requer o esclarecimento quanto à desconsiderar o item 7.2.1, ou substituir o termo "deverão apresentar" por "poderão apresentar" no item 7.2.1 do Edital."

3. RESPOSTA

Em atenção aos questionamentos acima, temos a informar que:

Em relação a exigência de documentos complementares, tal exigência está pautada na efetiva demonstração da capacidade técnica dos licitantes, nos princípios da cooperação e da duração razoável do processo.

Conforme normativa expressa do artigo 5º, inciso LXVII, da CF/88, todos têm o direito a razoável duração do processo:

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

De acordo com o artigo 6º do CPC, todos devem cooperar entre si para que se obtenha em tempo razoável a solução do processo, o que pode se aplicar de forma subsidiária ao processo administrativo.

Por fim, consoante disposição do artigo 43, §3º, da Lei 8.666/93, é uma prerrogativa da administração promover diligências para esclarecer e complementar a instrução do processo e a documentação já apresentada:

§ 3o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Então, a fim de se evitar a necessidade de realização de diligência futura, baseado nos fundamentos acima, não se verifica qualquer violação a autonomia documental dos atestados a serem apresentados, razão pela qual deverá ser mantida a exigência nos moldes como expressos no edital.

Thamiry Sampaio da Rocha
Presidente Comissão Permanente de Licitação